

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CIÊNCIAS POLÍTICAS

POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS

1- Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2- Departamento de Estudos Políticos; Escola de Ciência Política; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO

Palavras-chave: liberalismo e democratismo; “princípios imortais de 1789” e “princípios incendiários de 1793”.

INTRODUÇÃO

Tratar de direitos humanos é como jogar-se sem proteção no abismo das noções. Não que não seja possível identificá-los, mas é uma espécie de quebra-cabeças de significados, que faz dessa busca algo de doloroso e excitante ao mesmo tempo. Afinal busca-se a compreensão do que é o respeito do ser humano.

Essa formula reúne em si um concentrado de noções que surgem em várias épocas e são construídas por diversas concepções. Isso faz com que “direitos humanos” seja multidimensional, ou seja, cresce em mundos culturais, geográficos e linguísticos diferentes e atravessa os tempos ganhando e/ou perdendo do seu significado; essa força notória atribuída aos direitos humanos.

Essa construção da noção de direitos humanos é aqui a base inspiradora do estudo. Busca-se a essência da noção através da observação das diversas “criações” dos direitos humanos. De fato, não basta conhecer somente o seu significado presente, que já foi amplamente transformado e elevado ao universalismo, mas é importante retornar as raízes sociais e políticas e até econômicas que promoveram o crescimento da noção e a sua elevação a esse nível universal.

As bases dessa noção estão assentadas em duas dimensões, prescritiva e descritiva, que correspondem a ideais culturais particulares, em seu início. Essas diferentes correntes de ideologia da proteção humana tornam possível observar hoje um concentrado mais expansivo, que passou do nível cultural/geográfico para o universalismo. Buscamos observar durante esse estudo, o momento mesmo da criação desses direitos, sua relação com o momento histórico/cultural/político vivido e o seu papel histórico-normativo.

Importante seria também relembra que a ideia de definição absoluta sobre os direitos humanos parece impossível na medida em que nenhum fundamento histórico é ou pode ser absoluto, e que toda a produção ligada ao tema não possa ser separada de seu contexto histórico.

Serão retratados não só o momento de criação em si, tendo a redação como reflexo de um ambiente político-ideológico, mas também as dificuldades e conflitos nascidos das divergências internas ao processo de criação normativo — o que é comum a qualquer processo de criação de ideais com características universalistas. O importante aqui é retratar o caminho feito pelos direitos humanos e assim identificar no jogo histórico questões tais como a sua modificação, sua percepção e o seu impacto cultural, fazendo assim interagir passado e futuro no desenvolvimento da noção de preservação suprema do ser humano.

OBJETIVO

Enquadrada a Revolução Francesa, revolução-transformação (Arendt, 1967), analisamos o conflito ideológico, liberalismo e democratismo, onde buscamos mostrar as diferentes visões acerca dos direitos que aparecem enunciados nas declarações de direitos do homem e do cidadão de 1789 e 1793, bem como as diferentes concepções acerca do governo a ser implantado: monarquia constitucional e república democrática (respectivamente).

Trata-se aqui de revelar um conflito, uma disputa ideológica que se dá entre aqueles que concordam em que uma das metas primeiras do Estado deve ser respeitar os direitos individuais, que o Estado pode esperar cumprir essa promessa simplesmente garantindo que seus cidadãos não sofram nenhuma interferência injusta ou desnecessária na busca dos objetivos que escolhem — liberalismo —, e aqueles que acreditam que isso nunca será suficiente, pois será sempre necessário que o Estado assegure seus cidadãos investidos de autoridade política a participar ativamente dos negócios ou assuntos públicos — democratismo.

METODOLOGIA

Abordamos de maneira aprofundada, portanto, os “princípios imortais de 89” e os “princípios incendiários de 93”, a fase moderada e a fase radical da Revolução Francesa. Para isso recorreremos ao estudo do “fenômeno revolucionário” na modernidade, baseado nos escritos de Hannah Arendt, Da Revolução, a partir do qual é possível fazer algumas comparações, notadamente, EUA e França. Através de diversos argumentos, mostra-se que cada um partiu de motivos diferentes, o primeiro é pela liberdade e o segundo por necessidade — o que levou os Estados Unidos a ter maior estabilidade política em contraste com a França que encarou anos de violência e instabilidade social e política.

Após entender a importância da revolução francesa, analisamos os fatos que levaram a construção do pensamento que impactaria a discussão da criação de diferentes formas de governo: a monarquia constitucional (1789-1791) e a república democrática (1793-1794). Entender os fatos históricos foi relevante porque permite uma melhor compreensão dos objetivos e ideais que perseguiram os principais atores da revolução tanto em nível normativo (as declarações de direitos) quanto em nível político (as formas de governo).

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RESULTADOS

Desenvolvimento de uma narrativa bastante consistente sobre os principais eventos que marcam a revolução francesa – o que permitiu ilustrar os dois momentos essenciais que a compõem: a fase moderada e a fase radical – e de uma narrativa abordando os princípios de 1789 e de 1793, suas semelhanças e seus contrastes. Detectou-se, neste contexto, a figuras de Emmanuel Sieyès e Robespierre que tem destacada atuação no início da Revolução. O primeiro, mais moderado, tornando-se o paladino do direito de propriedade e de uma forma de governo em que o monarca compartilha o poder com a assembleia, o segundo, mais radical, tornando-se o paladino da igualdade e de uma forma de governo mais participativa ou democrática, sem esquecer que foi também o responsável pelo Terreur (1793-1794). A proposta é analisar como os discursos foram realizados e como a disputa ocorreu para poder aprofundar a visão francesa sobre os direitos humanos. Trata-se, portanto, de chegar a um melhor entendimento sobre os conceitos que aparecem consagrados nas declarações e como se traduzem em nível político-institucional.

CONCLUSÃO

A preocupação dos principais atores da revolução francesa, dividida nas duas fases, era acabar com o Ancien Regime, contudo, como buscamos mostrar na sequência da pesquisa, com fortes discrepâncias ideológicas acerca do alcance a ser dado aos direitos humanos e as “formas políticas” mais aptas para sua realização.

REFERÊNCIAS

- ANSART-DOUREN, M. Rousseau e a ideologia jacobina: racionalismo e foro íntimo. Trad.J.A.Seixas. In: SEXIAS, ARENDT, H. *Essai sur la révolution*. Trad.do inglês M.Chrestien. Paris: Gallimard, 1967.
- CATALANO, P. “Peuple” et “citoyens” de Rousseau à Robespierre: racines romaines du concept démocratique de “république”. In: VOVELLE, M. *Révolution et république: l'exception française*, ed.cit., p.27-36.
- CHAUÍ, M. Vida e obra. In: ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*, ed.cit. p.vi-xxii.
- CLAVREUL, C. Sieyès et la genèse de la représentation moderne. *Droits*, Paris, n.6, p.45-56, 1987.
- COMPARATO, F.K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DERATHÉ, R. Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps. Paris: Vrin, 1992.
- FURET, A. A revolução em debate. Trad.R.C.Prates e Silva. São Paulo: EDUSC, 2001.
- GOMES MACHADO, L. notas. In: ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*, ed.cit.
- GUENIFFEY, P. La politique de la terreur: essai sur la violence révolutionnaire 1789-1794. Paris: Fayard, 2000.
- HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel: rationalité de l'agir et rationalisation de la société*. Trad.do alemão J.M.Ferry. Paris: Fayard, 1987.
- _____. *Teoría y praxis: estudios de filosofía moral*. Trad.S.Más Torres e C.Moya Espí. Madrid: Tecnos, 1990.
- HAYEK, F.A. Os princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPIGNY, A.de; CRONIN, J. (Eds). *Ideologias políticas*, ed.cit., p.47-63.
- HOBBSBAWM, E.J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Trad.M.T.Lopes Teixeira e M.Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a revolução francesa*. Trad.M.C.Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A revolução francesa*. Trad.M.T.Lopes Teixeira e M.Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JAUME, L. Rousseau e a questão da soberania. In: DUSO, G. (Org.). *O poder: história da filosofia política moderna*. Trad.A.Ciacchi, L.da Cruz e Silva; G.Tosi. Petrópolis: Vozes, 2005. p.178-197.
- KOSSELLECK, R. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. L.Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- OZOUF, M. Régénération. In: FURET, F.; OZOUF, M. *Dictionnaire critique de la révolution française*, ed. cit., p.821-830.
- _____. Liberté. In: FURET, F.; OZOUF, M. *Dictionnaire critique de la révolution française*, ed.cit, p.763-774.
- PASQUINO, P. Le republicanisme de E.Sieyès. *Droits*, Paris, n.17, p.67-77, 1993.
- PERTUÉ, M. Déclarations des droit de l'homme et du citoyen: 1789, 1793, an III. In: SOBOUL, A. *Dictionnaire historique de la révolution française*, ed.cit, p.330-333.
- PETTIT, P. Republicanismo: una teoría sobre la libertad y el gobierno. Trad.do espanhol T.Domènech. Barcelona: Ariel, 1999.
- POCOCK, J.G.A. Le moment machiavélien: la pensée florentine et la tradition républicaine atlantique. Trad.do inglês L.Borot. Paris: PUF, 1997.
- ROBESPIERRE, M. Discursos e relatórios na convenção. Trad.M.E.Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- ROSANVALLON, P. Le sacre citoyen: histoire du suffrage universel en France. Paris: Gallimard, 1992.
- ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social: ou princípios do direito político*. Trad.L.Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- SCHUMPETER, J. *Historia del análisis económico*. Trad.do espanhol M.Sacristán. Barcelona: Ariel, 1995.
- SIEYÈS, E. *Qu'est-ce le tiers Etat?* Paris: PUF, 1982.
- SKINNER, Q. As fundações do pensamento político moderno. Trad.L.Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Las paradojas de la libertad política*. Trad.do espanhol V.Lifrieri. In: F.OVEJERO;J.L.MARTÍ;
- SOBOUL, A. *História da revolução francesa*. Trad.H.Pólvera. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- TOCQUEVILLE, A. O antigo regime e a revolução. Trad.Y.Jean: Brasília: Editora da Unb, 1997.
- VOVELLE, M. Jacobinos e jacobinismo. Trad.V.Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2000.
- ZIZEK, S. *Virtude e terror: Maximilien Robespierre*. Trad.J.M.Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

WACHSMANN, P. Naturalisme et volontarisme dans la déclaration des droits de l'homme de 1789. *Droits*, Paris, n. 2. p.13-22, 1985.

WOLLHEIM, R. Democracia. In: A.de CRESPIGNY; J.CRONIN (Eds.). *Ideologias políticas*, ed.cit., p.93-109.